

**UNIVERSIDADE TIRADENTES  
CURSO: PEDAGOGIA**

AMANDA CARLA DE SANTANA PRATA  
LUARA MARIA DE OLIVEIRA SANTOS  
WESLANY DA SILVA MACHADO

**EDUCAÇÃO INTEGRAL: Um Caminho Perfeito, Para o  
Desenvolvimento da Criança**

ARACAJU/SE  
Novembro de 2013

AMANDA CARLA DE SANTANA PRATA  
LUARA MARIA DE OLIVEIRA SANTOS  
WESLANY DA SILVA MACHADO

**EDUCAÇÃO INTEGRAL: Um Caminho Perfeito, Para o  
Desenvolvimento da Criança**

Artigo apresentado ao Curso de Pedagogia, sob orientação da Prof.<sup>a</sup> Mariângela Dias Santos, como um dos pré-requisitos para avaliação da disciplina Trabalho de Conclusão de Curso.

ARACAJU/SE

Novembro de 2013

## **RESUMO**

O presente artigo tem por finalidade, abordar alguns elementos norteadores que subsidiam as ações educativas e pedagógicas, cujos princípios priorizam a qualidade e eficácia do atendimento às crianças inseridas em tempo integral na Educação Infantil e, sobretudo, que evidenciam a responsabilidade inerente às instituições Escola e Família que assumem o compromisso de promover o processo de desenvolvimento e formação infantil direcionada à valorização e ampliação das potencialidades, competências e habilidades da criança. Nesta perspectiva, o estudo tem por objetivo refletir o estudo da educação e formação da criança a respeito dos principais procedimentos considerados indispensáveis para o atendimento da Educação Infantil de tempo integral. A partir deste objetivo, este trabalho assumi um caráter exploratório e adotou como procedimento técnico a pesquisa bibliográfica. Em linhas gerais, o estudo dialoga sobre os desafios que a educação enfrenta, e mais especificamente a Educação Infantil de tempo integral no que se refere à qualidade, (condição esta primordial para o atendimento às crianças de zero a cinco anos), compreendendo que o aumento de instituições destinadas a este nível de ensino e período é expressivo, e que esse cenário atual implica na qualificação do serviço escolar. Cabe ainda salientar que a escola de tempo integral poderá promover avanços físicos, sociais e cognitivos à criança, mas esta em tempo nenhum, substituirá os ganhos advindos das relações familiares. O trabalho mostrará uma gama de reflexões e questionamentos desenvolvidos ao longo da elaboração e apresentação deste artigo.

**Palavras-chave:** Educação Infantil de Tempo Integral. Relação Escola e Família.

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	01
2. EDUCAÇÃO INTEGRAL.....	02
3. CONTEXTUALIZANDO OS DIREITOS E DEVERES.....	03
3.1 Organização Escolar: Planejamento e Indicadores da Qualidade na Educação Infantil.....	06
4. A QUALIDADE E EXIGÊNCIAS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL DE TEMPO INTEGRAL.....	07
5. CONCLUSÃO.....	09
REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS.....	11

# 1. INTRODUÇÃO

Sabemos que, com as transformações ocorridas no cenário educacional ao longo dos anos, já se constituiu uma realidade em algumas unidades educacionais públicas brasileiras, assim como as unidades particulares num todo, e caracteriza-se pela ampliação da carga horária dos alunos na escola, onde essa modalidade é chamada Educação Integral.

O processo da educação formal, atualmente, contém em si eixos fundamentais que promovem e colaboram para o desenvolvimento e a formação do indivíduo em cidadão autônomo e consciente do seu papel transformador no mundo. Neste sentido, a escola de Educação Integral precisa ser discutida a fim de atender os avanços do presente e do futuro, e as transformações históricas, sociais, políticas e econômicas.

Nesse sentido, o referido tema possibilita uma discussão sobre as abordagens e estudos capazes de destacar elementos que atendam apropriadamente a demanda que instituições de ensino comprometidas com este atendimento. Neste contexto, refletir sobre as tendências, as demandas e, sobretudo os desafios da educação, é assumir a necessidade de progredir, acompanhar e caminhar com os avanços, refletindo e estruturando a prática e a organização do cotidiano escolar e da dinâmica de atuação pedagógica.

Mais especificamente, a discussão sobre Educação Infantil de tempo integral, requer conhecer as necessidades e interesses que compreendem o convívio escolar, social e familiar, vinculados à formação moral e afetiva.

Sendo assim, este trabalho tem como objetivo apresentar e refletir sobre alguns aspectos e procedimentos a serem considerados na organização do cotidiano da educação infantil que possibilite um atendimento de qualidade à criança inserida em instituições de tempo integral, dialogando com documentos e orientações oficiais e alguns autores que enfatizam a criança e a complexidade de sua formação.

## **2. EDUCAÇÃO INTEGRAL**

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBN/1996, a Educação Integral é o aumento progressivo da jornada escolar na direção do regime de tempo integral, valorizando as iniciativas educacionais extraescolares e a vinculação entre o trabalho escolar e a vida em sociedade.

A proposta de se implantar uma política de Educação Integral partiu da análise dos baixos índices da educação básica. Por este motivo buscou-se melhorar a qualidade da educação, reduzindo o fracasso escolar e proporcionando às crianças e jovens novas possibilidades de se desenvolverem enquanto cidadão. Esta ação tornou-se um novo desafio para a educação pública brasileira, levando em consideração que se vivenciam tempos de mudanças. Além disso, há que se considerar a complexidade da vida social contemporânea e as muitas e diferentes crises, de diferentes características, que perpassam a educação em nível nacional.

Aos poucos a realidade da educação no Brasil começa a mudar. Muitas escolas brasileiras já oferecem a opção do período integral, um alívio para os pais, que cada vez mais precisam trabalhar o dia todo e não conseguem dar o suporte que os filhos precisam para serem bem sucedidos nos estudos.

Acredita-se que os alunos, passando mais tempo na escola, têm a possibilidade de receber um apoio pedagógico, orientação educacional e usufruir de toda a estrutura da escola.

Com a modernidade, a rotina familiar mudou, e com o período integral, as crianças estão seguras na escola, aprendendo novas coisas, expandindo seus conhecimentos, melhorando o rendimento escolar, o que contribui para aumentar a qualidade de vida. Dentro da escola, os alunos estão livres da criminalidade das ruas.

A Educação Integral constitui ação estratégica para garantir proteção e desenvolvimento integral às crianças e aos adolescentes que vivem na contemporaneidade marcada por intensas transformações: no acesso e na produção de conhecimentos, nas relações sociais entre diferentes gerações e culturas, nas formas de comunicação, na maior exposição aos efeitos das mudanças em nível local, regional e internacional. (MEC - Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, 2009, p.18).

Segundo Paolo Nosella (2005), a sociedade pós-industrial e virtual se fundamenta em um novo tipo de educação que integre o trabalho e o tempo livre. As escolas são chamadas a atender as exigências de uma formação geral, interligando formação básica e formação profissional. O autor diz que atualmente espera-se que a escola, além de preparar o aluno para assimilar as rápidas e variadas informações do mundo globalizado, deve também, prepará-lo para que tenha capacidade de utilizar esse conhecimento de forma criativa. Sendo assim, para conseguir atender a todas essas expectativas, o tempo da jornada escolar dos alunos precisa ser ampliado, são muitas as tarefas que a escola assume na sociedade atual e consequentemente é necessário um tempo maior para realizá-las.

Uma proposta de educação em tempo integral precisa ser bem estruturada e organizada, caso contrário, corre o risco de representar mais uma sobrecarga de trabalho para os profissionais docentes. Trabalhar com a educação integral exige dos professores envolvimento, organização, preparação para enfrentar os desafios e disposição de toda a equipe escolar.

### **3. CONTEXTUALIZANDO OS DIREITOS E GARANTIAS**

A escola, em sua organização para o atendimento infantil, utiliza-se de vários instrumentos norteadores, alguns abrangentes e outros específicos, conforme a função e a justificativa de cada documento oficial. O levantamento realizado a seguir, reúne instâncias comprometidas com o atendimento com ênfase ao desenvolvimento de um trabalho

responsável no âmbito educacional compreendendo a importante função da educação na fase infantil “[...] é na infância que o processo educativo se torna mais intenso, proporcionando ao indivíduo o instrumental físico, intelectual, emocional e social de que precisa para tornar-se um ser social, um ser humano” (PILETTI, 2004, p.111).

O desenvolvimento das faculdades físicas, morais e intelectuais do ser humano a educação predominantemente realiza-se, na atualidade, em estabelecimentos de ensino formal, nas escolas. Em concordância o Plano Nacional de Educação (2009) enfatiza que a educação deve se fazer presente desde o nascimento da criança, oferecendo e criando situações que subsidiem a formação integral e a conquista da autonomia.

As crianças frequentam cada vez mais cedo as instituições de ensino e alguns responsáveis optam pelo atendimento de período integral, corriqueiramente a partir da carga horária do seu trabalho profissional. Essa realidade é compreendida e citada em determinações do poder legislativo que assegura a Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica e seu processo educativo formal em Instituições de Ensino. Conforme a Declaração Universal dos Direitos da Criança, artigo 7º princípio, a educação é um direito da criança, e esta propiciará a potencialização das capacidades/habilidades infantis. Ainda quanto ao direito, a Constituição de 1988, artigo 205, assegura a educação institucional e seu objetivo “[...] visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Diante as conformidades da lei, podemos dizer que educação é um fator fundamental para se melhorar a sociedade em que vivemos, portanto fazem-se necessários investimentos públicos nesse campo. O Programa de Educação Integral é uma inovação que contribui para que seja oferecido um ensino de qualidade, com o objetivo de oferecer às crianças e jovens das escolas públicas mais contato com a arte, o conhecimento e a cultura.

Segundo Piletti (2004, p.113-114) a escola apresenta uma organização social, e assim como a sociedade os grupos que existem nesse âmbito são diversificados (heterogêneos) –



sexo, família, classe social, etc., portanto considera-se o indivíduo a partir das realidades e vivências adquiridas no processo de socialização que constrói em convívio com seu meio.

Assim, na escola o aluno deve encontrar conforto para expressar-se livremente e comportar-se de acordo com a sua realidade sem sofrer com repressões, exclusões ou distinções, pois a criança, como enfatiza a LDB (1996, artigo 1º) fará parte do seu meio, e conviverá nas organizações sociais e culturais e neste sentido no artigo 3º, ainda da LDB, o ensino institucional deve ser regido respeitando a individualidade dos educando e suas ideias e manifestações.

Neste contexto, a contribuição oficial eminente no que se refere ao amparo e atenção à criança é reconhecida e mencionada por uma organização mundial, reforçando ainda mais o valor da parceria entre as instituições envolvidas no processo educativo:

A criança necessita de amor e compreensão, para o desenvolvimento pleno e harmonioso de sua personalidade; sempre que possível, deverá crescer com o amparo e sob a responsabilidade de seus pais, mas, em qualquer caso, em um ambiente de afeto e segurança moral e material; salvo circunstâncias excepcionais, não se deverá separar a criança de tenra idade de sua mãe. (Declaração Universal dos Direitos da Criança; Princípio VI).

O enfoque deste trabalho compreende as condições adequadas de desenvolvimento e de educação às crianças que permanecem na escola cerca de seis ou mais horas diárias, ou seja, em tempo integral. Portanto, quanto às possibilidades de um melhor aproveitamento deste período, a escola deve propor atividades diversificadas livres, espontâneas que não subestime as potencialidades dos educandos e que ofereçam condições de desenvolvimento e evolução nos vários aspectos que abrangem o universo infantil. Assim, o tempo na escola conquistou espaço e é abordado oficialmente, em breves menções pelas instâncias públicas, mas estas ainda não são suficientes para subsidiar as especificidades do trabalho organizacional quanto ao período integral e as possibilidades de atendimento na educação infantil.

### **3.1 ORGANIZAÇÃO ESCOLAR: Planejamento e Indicadores da Qualidade na Educação Infantil**

O ambiente físico e pedagógico requerem na atualidade a necessidade de repensar, rever e compreender o contexto educativo e, sobretudo o universo infantil na lacuna familiar e escolar sob os diferentes aspectos que o compreendem a trajetória histórica, a criança na sua singularidade, a parceria família-escola e as políticas públicas destinadas ao atendimento de crianças inseridas na Primeira Etapa da Educação Básica é acima de tudo reconhecer a importância e a função da escola, principalmente para que esta seja capaz de atender não somente às novas exigências que envolvem o cenário atual, mas que promovam condições de acompanhar as transformações futuras. A partir do amplo horizonte sobre as diferentes necessidades pela procura e solicitação das escolas infantis que atendam crianças no período integral, as instituições necessitam considerar que essa crescente demanda implica na qualificação do serviço que oferecem, é neste sentido que a qualidade no atendimento torna-se prioridade, pois demonstra a necessidade de se atribuir à criança uma educação qualificada que ofereça condições para o desenvolvimento infantil orientada de acordo com as competências e habilidades da infância.

O tempo de permanência da criança na escola deve se orientar para o favorecimento das possibilidades de aprendizagens propostas no período, Bondioli (2004, p. 17) destaca a atenção pormenorizada na distribuição do tempo dos alunos fundindo educação, aproveitamento e conquista do conhecimento.

O valor educativo é avaliado de acordo com as possibilidades de atuação que a equipe institucional desenvolve para a rotina escolar, objetivando o desenvolvimento das competências infantis no contexto de dois turnos letivos, ou seja, no período integral o tempo deve servir como um investimento que fundamenta experiências que geram estudos e conhecimentos, principalmente como reflete Zabalza (1998) a escola necessita alicerçar a construção gradativa da autonomia da criança, protagonista deste processo.

#### **4. A QUALIDADE E EXIGÊNCIAS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL DE TEMPO INTEGRAL**

É importante salientar que, para que este ambiente seja apropriado às exigências legais e às necessidades humanas das crianças, devemos conhecer os critérios que qualificam esse atendimento à educação infantil, no que se refere ao planejamento de todas as ações que envolvem o cotidiano organizacional de uma instituição de ensino. Tudo isso implica na compreensão de que, a qualidade é um conceito diretamente vinculado ao contexto, às demandas, as necessidades e as possibilidades do estabelecimento educativo.

A partir dessa compreensão reconhecemos, então, que a qualidade do atendimento à infância nas instituições escolares está voltada ao planejamento, organização e comprometimento dos fazeres administrativos, físicos e pedagógicos, que estão previstos em lei, e, portanto admitem um caráter obrigatório neste espaço.

Para elucidar mais especificamente os principais aspectos apontados como relevantes para a melhoria da qualidade no atendimento às crianças foi elaborado um documento pelo Ministério da Educação que assume o compromisso de pontuá-los.

Deste modo, com base no Referencial Nacional de qualidade para a Educação Infantil (2006 p.43-44), as organizações escolares deverão contemplar: (1) As políticas para Educação Infantil, sua implementação e acompanhamento; (2) As propostas pedagógicas da Instituição de Educação Infantil; (3) A relação estabelecida com as famílias das crianças; (4) A formação continuada dos profissionais e demais funcionários; (5) A infraestrutura necessária ao funcionamento destas instituições.

Estes parâmetros estabelecerão o ponto de partida e chegada para a concepção de uma educação infantil que atenda às necessidades das crianças que permanecem nas escolas em tempo integral, embora o documento não proponha nenhuma orientação específica, associando a estes cinco itens apontados pelo Ministério da educação e a potencialidade e

influência do tempo neste contexto. Este planejamento promoverá de modo significativo, a constituição desta criança que se dará a partir da construção e conquista da sua autonomia, que permite, a partir da abrangência das atividades escolares, ampliarem o universo de conhecimento e formação.

Diante das interpretações trazida neste artigo, conclui-se que a implantação de políticas públicas representou grandes avanços para esta etapa da educação. Deste modo, foi através da Constituição Federal, que a Educação Infantil passou a ser reconhecida como obrigatória e dever do Estado.

É neste sentido que, torna-se indispensável considerar as necessidades das crianças atrelada as suas capacidades e habilidades em cada fase do desenvolvimento infantil, onde o alcance necessário da instituição de ensino deve atingir além das especificidades escolares, deve entender a criança na sua essência e, sobretudo, na plenitude desta fase. Para tanto, percebemos que a parceria entre família e escola determina a eficácia do processo de evolução do educando, fazendo-se necessário um amparo às questões que se remetem à formação infantil em seus aspectos físicos, afetivos, sociais e cognitivos.

## 5. CONCLUSÃO

Ao finalizar a escrita desse texto, foi possível observar a importância do conhecimento acerca das orientações e contribuições teóricas que fundamentam o atendimento de qualidade e o merecido cuidado à criança inserida em período integral na primeira etapa da Educação Básica – Educação Infantil.

É neste sentido que, torna-se indispensável considerar as necessidades das crianças atrelada as suas capacidades e habilidades em cada fase do desenvolvimento infantil, onde o alcance necessário da instituição de ensino deve atingir além das especificidades escolares, deve entender a criança na sua essência e, sobretudo, na plenitude desta fase. Para tanto, percebemos através dos documentos legislativos estudado que a parceria entre família e escola determina a eficácia do processo de evolução dos educandos, fazendo-se necessário um suporte/amparo às questões que se remetem à formação infantil em seus aspectos físicos, afetivos, sociais e cognitivos.

Estes documentos auxiliou-nos, a perceber que embora não existam regulamentações ou normas destinadas especificamente à educação infantil de tempo integral, a qualidade do atendimento na primeira etapa da Educação Básica, é exigida e garantida por órgãos que orientam e estabelecem diretrizes capazes de subsidiar a organização institucional no que se refere aos elementos que envolvem a dimensão da prática educativa.

O papel da escola, então, deve ser repensado, considerando que o contexto atual admite novas concepções para o ambiente educativo, e, portanto novos desafios que necessitam ser enfrentados com estratégias adequadas à demanda e à exigência.

Para se alcançar a qualidade do atendimento na Educação Infantil, as instituições de ensino devem apoiar-se nas políticas públicas voltadas à Educação Infantil, sua implementação e acompanhamento; no planejamento de propostas pedagógicas que

contemplem as especificidades do universo infantil, na parceria entre família e escola no processo educativo, na atualização e reflexão acerca da formação e da prática profissional bem como a infraestrutura necessária ao funcionamento do estabelecimento, deste modo, conseguirão atingir o comprometimento com a prática educativa.

Consideramos assim, que a maior meta da escola de tempo integral é o comprometimento com o atendimento às crianças que lhes são confiadas, reunindo esforços para atingir a qualidade da educação e da formação da criança, entendendo que atualmente a criança é educada/cuidada pela Família e pela Escola, e que este processo deve ser regido pela parceria, pelo respeito, pelo compromisso e pelo amor, lembrando que nesta perspectiva, o trabalho da escola é fundamental para fomentar tamanhas responsabilidades e complementar as ações que tem início no círculo familiar.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BONDIOLI, Anna. **O Tempo no Cotidiano Infantil: perspectivas de pesquisa e estudo de casos**. Trad. Fernanda L. Ortalle e Iise Paschoal Moreira, São Paulo: Cortez, 2008, 189 p.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 40. ed. São Paulo: Saraiva, 2007

MEC. Secretaria especial dos Direitos Humanos. **Estatuto da criança e do adolescente**: Lei Federal nº 8.069/1990. Brasília, DF, 1990.

**Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9394/96, 1996.

MEC. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular para Educação Infantil**. Vol. 1, 2, 3. 1998.

Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros básicos de infraestrutura para instituições de educação infantil**. Brasília, DF: MEC/SEB, 2006. p. 7- 10. Disponível em: < [http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Educinf/miolo\\_infraestr.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Educinf/miolo_infraestr.pdf) > Acesso em: 14/nov/2008, 22h12.

Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros nacionais de qualidade para a educação infantil**. Vol.1. Brasília, DF: MEC, SEB, 2006. p. 43-44. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Educinf/eduinfparqualvol1.pdf> >. Acesso em: 30/mai/2009, 23h02.

KUHLMANN JR. Moysés. **Histórias da Educação Infantil Brasileira**. Disponível em <[http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE14/RBDE14\\_03\\_MOYSES\\_KUHLMANN\\_JR.pdf](http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE14/RBDE14_03_MOYSES_KUHLMANN_JR.pdf)>. Acesso em: 22/jun/2008, 23h49.

PILETTI, Nelson. **Sociologia da educação**. 18 ed., São Paulo, Ática, 2004.

UNICEF/ BRASIL. Convenção sobre os Direitos da Criança. **Declaração Universal dos Direitos da Criança**. Organização das Nações Unidas - ONU. Disponível em: <[http://www.unicef.org/brazil/pt/resources\\_10120.htm](http://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10120.htm)> Acesso em: 11/set/2008, 13h40.